

Saúde define prioridades de pesquisa para 2008

Durante os dias 28 e 29 de maio, pesquisadores e gestores da saúde de todo o país estiveram reunidos no Hotel Plaza Kubitschek em Brasília para a Oficina de Prioridades do Ministério da Saúde. A oficina, organizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, teve como objetivo promover o debate sobre prioridades de pesquisa em temas específicos, de forma a auxiliar na definição das linhas de pesquisa que comporão os editais a serem lançados em 2008.

A mesa de abertura contou com a presença do secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Reinaldo Guimarães, a diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit), Suzanne Jacob Serruya, a diretora da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Maura Pacheco, e o secretário da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) no Brasil, José Penã.

A diretora do Decit abriu o evento agradecendo a presença dos convidados e dizendo que a cada dois anos o ministério concentra esforços para mudar as pesquisas em saúde. Segundo ela esse é um momento importante que escuta gestores e pesquisadores no intuito de direcionar os recursos de forma mais eficientemente possível. “Estamos muito agradecidos pela participação de todos, com isso podemos afirmar que o esforço para a realização do evento é válido”, ressaltou Suzanne.



De acordo com Maura Pacheco, diretora da Finep, os ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia têm desenvolvido uma proveitosa parceria desde 2004. “Esse trabalho integrado traz uma grande satisfação a todos que se esforçam para alavancar as pesquisas”. Ainda segundo ela houve um aumento substancial de recursos, aumentando com isso o desenvolvimento de mecanismos em prol da melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS). “Esse é um momento primoroso, de soma de esforços e mudança de paradigmas, pois se passou a investir em projetos maiores, eficazes e em propostas mais sólidas, que contribuem muito para o desenvolvimento da saúde pública. É um momento especial”, finalizou.

Para o diretor da Opas, José Penã, a ciência da saúde na América Latina vem se solidificando no aspecto da C&T. “Antes os pesquisadores demoravam para observar seus resultados, mas nos últimos anos isso vem mudando, especialmente no Brasil. Nos últimos quatro anos tivemos um aumento nos projetos de pesquisa, por isso podemos dizer que vivemos um momento histórico na A.L em se tratando de saúde”, falou Penã. Ele afirmou também que a Opas quer acompanhar de perto todo o processo que possibilite a produção de medicamentos mais seguros, novas tecnologias e tratamentos. “É importante que todos tenham acesso à saúde pública”, destacou.

Encerrando a mesa de apresentação, o secretário Reinaldo Guimarães exaltou a presença de todos, e elogiou a parceria entre o MCT e o M.S, “que desde 2004 vem trazendo benefícios a pesquisa em C&T”. Também citou o poder de articulação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que tem conseguido importantes parcerias com todos os órgãos do governo. “Essa é uma reunião de trabalho, que servirá para dar forma às prioridades que o MCT e o M.S. discutiram em seus comitês de gestão. O nosso objetivo é sair daqui com ferramentas capazes de escolher os melhores projetos para que o sistema público de saúde se torne cada vez mais eficiente!”, concluiu o secretário.

Secretário apresentou palestra sobre o Mais Saúde e as prioridades de pesquisa no Brasil

“Maior produtor de vacinas na América Latina e ocupando o 9º lugar no mercado farmacêutico mundial com crescente participação de empresas nacionais, o Brasil hoje possui uma base produtiva na área de saúde única no continente. Mas o tamanho dessa indústria não é acompanhado por uma capacidade de inovação do mesmo porte”. Com essas palavras o secretário de Ciências, Tecnologia e Insumos do Ministério da Saúde (MS), Reinaldo Guimarães, iniciou a sua palestra de abertura na Oficina de Prioridades de Pesquisa em Saúde.

Ao traçar um panorama geral da pesquisa em saúde no mundo, Guimarães comparou a situação brasileira com a dos Estados Unidos, líder de pesquisa nessa área. “Enquanto nos EUA, 55% dos investimentos vêm do setor privado, no Brasil ocorre uma situação inversa. Aqui o setor público responde por quase todos os recursos destinados à saúde (73%)”, explicou.

Todo esse esforço do Estado em alavancar o conhecimento pode ser conferido na prolífica produção de artigos científicos. De acordo com indicadores do Information Sciences Institute (ISI), uma instituição internacional que gerencia a mais importante base de dados de periódicos científicos indexados do mundo, o Brasil vem se destacando em relação aos países emergentes. Nos últimos anos, superou a Índia e o México no número de papers publicados. No entanto, esse boom da produção científica não se reflete no número de patentes. Equivalência que é vista em outros países emergentes como Taiwan e Coréia.



Embora a indústria brasileira da saúde apresente uma capacidade inovativa maior do que a das outras indústrias no país, o fato é que ela precisa crescer. “Hoje o saldo do complexo produtivo da saúde é negativo em quase cinco bilhões de reais ao ano”, afirmou o Secretário.

Essa realidade levou o governo federal a fazer uma revisão nas diretrizes relacionadas à área. Com a entrada do novo ministro José Gomes Temporão, foi dada uma ênfase maior à inovação como uma necessidade estratégica a ser contemplada pela Política Nacional de Saúde.

“Ao priorizar a inovação, o Ministério da Saúde pretende aumentar a competitividade das empresas públicas e privadas do complexo industrial da saúde, tornando-as capazes de enfrentar a concorrência mundial para uma gradativa substituição de importações de produtos e insumos que sejam prioritários às necessidades da população”, explicou Guimarães.

O país, que se sobressai no cenário mundial por sua proposta de universalidade de acesso à saúde pública, passou a tratar a saúde não mais apenas sob o ponto de vista de uma lógica sanitária, mas também sob uma lógica econômica. “Finalmente a saúde é um componente do desenvolvimento, fundamental para a própria sustentabilidade do SUS”, concluiu Guimarães.

Inquéritos Epidemiológicos sobre a Síndrome Metabólica

Uma dos temas propostos pelo Decit para a oficina de prioridades foram os Inquéritos Epidemiológicos sobre a Síndrome Metabólica. A síndrome é caracterizada pela associação de fatores de risco como intolerância à glicose, hipertensão arterial, níveis altos de colesterol ruim (LDL) e baixos do colesterol bom (HDL), aumento dos níveis de triglicérides, obesidade, processos inflamatórios e resistência à insulina por causas genéticas, que podem ocasionar doenças cardiovasculares (ataques cardíacos e derrames cerebrais), vasculares periféricas e diabetes. É considerada uma doença da civilização moderna e é resultado principalmente de alimentação inadequada e sedentarismo.

A avaliação dos prós e contra dos atuais estudos sobre a síndrome deram início à reunião, destacando-se um acalorado debate sobre a definição médica da doença. Para a maioria dos presentes os fatores de risco devem ser analisados separadamente, enquanto que alguns se posicionaram a favor de uma denominação geral ao mal.

O grupo acredita ser importante a criação de um edital que contemple um inquérito nacional que estude fatores de risco cardiovasculares e diabetes na população das macrorregiões brasileiras. Para esses estudos, foram sugeridas três faixas da população. A primeira contempla o estudo de adolescentes de 12 a 17 anos, pois se estima que 15% deles apresentam sobrepeso e obesidade. Além disso, o processo arteriosclerótico começa na infância, e medidas de prevenção primárias são mais efetivas em idades precoces. Neste caso, a amostra da população seria definida em escolas, buscando avaliação de fatores de risco cardiovasculares e seus determinantes, por meio de medidas antropométricas, medida de pressão arterial, coleta de sangue, informações sobre atividade física e de lazer, alimentação em casa e na escola, de crianças e adolescentes. Os membros do grupo que defenderam essa faixa para estudo também enfatizaram que a aterosclerose tem sido pouco estudada em adolescentes e por isso não há informações em nível nacional.

Outro grupo defendeu o estudo em adultos acima de 30 anos, tendo como justificativa que a obesidade e a diabetes estão com prevalência em 10% na população adulta, são acompanhadas de alto risco de morte por problemas cardiovasculares. Também houve uma terceira proposta para que os estudos ocorram tanto em adolescentes quanto em adultos.

Os itens a serem analisados pelos inquéritos serão: magnitude do problema, associação dos fatores de risco cardiovasculares com manifestações precoces de aterosclerose e avaliação da efetividade de intervenções que vêm sendo feitas. Os pesquisadores sugeriram que o edital seja direcionado à participação de grupos previamente organizados em consórcios de instituições e que seja realizado um único inquérito, com a representação de no mínimo 11 estados e em cidades com população acima de 100 mil habitantes.

O objetivo, segundo o grupo, é de que o Ministério da Saúde tenha um diagnóstico da Síndrome Metabólica no país, para que possa, então, elaborar políticas voltadas para a resolução dessa questão.

O grupo de trabalho foi coordenado por Moyses Szklo, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e reconhecida autoridade internacional em epidemiologia, e contou com a participação de representantes de diversas instituições, como a Universidade de São Paulo, a Sociedade Brasileira de Diabetes, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, a Universidade Estadual de Pernambuco, a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Finep, o Curso de Medicina/ESCS e Secretaria Saúde/DF, além da participação do Decit e do Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Pesquisa Clínica

Liderado por Flávia Elias, responsável pela Coordenação Geral de Avaliação de Tecnologia em Saúde (ATS) do Decit, e por Nadine Clausel, coordenadora da Rede Nacional de Pesquisa Clínica em Hospitais de Ensino, o grupo de Pesquisa Clínica iniciou as atividades com a análise de 50 temas levantados por áreas técnicas do Ministério da Saúde como sugestões para integrarem as próximas chamadas públicas de 2008.

O grupo selecionou, entre os temas, dez cujos objetos de estudo são a pesquisa clínica. A partir dos critérios de relevância epidemiológica e para os serviços/políticas, fase do conhecimento; viabilidade operacional e demanda social. sugeriram a inclusão de dez novos temas. Para cada sugestão foi definida uma pergunta estruturada e o objetivo da pesquisa.

Estudos clínicos para avaliação de eficácia e efetividade de intervenções em doenças transmissíveis de notificação obrigatória e em doenças cardiovasculares e renais foram os temas de maior debate.

Todos os presentes que sugeriram temas se comprometeram a elaborar termos de referência (TR) para suas propostas no prazo de 15 dias. Os termos deverão conter pergunta da pesquisa e objetivos específicos, justificativa, resultados esperados, prazo e custo estimado para execução do projeto.

Além do Decit, do CNPq e da Finep, o grupo contou com a participação de representantes das seguintes instituições: Secretaria Municipal de Saúde de Piripiri / Piauí, Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, Instituto Materno Infantil Professor Fernando Figueira (Imip), Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids – PNDST/AIDS, Universidade Federal do Pará, Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Instituto Nacional do Câncer (Inca), Hospital das Clínicas de Porto Alegre e a Coordenação Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços do Ministério da Saúde.

Os temas considerados prioritários estão disponíveis no portal do MS (www.saude.gov.br), no menu Ciência e Tecnologia.

Avaliação de Tecnologias em Saúde

Coordenado pelo técnico do Decit, Marcus Tolentino, o grupo de Avaliação de Tecnologias em Saúde iniciou seus trabalhos analisando a lista com 50 temas levantados por outras áreas do MS e que foram sistematizadas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia.

Como metodologia de trabalho, os participantes optaram em não classificar os temas em projetos de ATS e de pesquisa clínica, mas diferenciar aqueles que necessitam dados primários (que necessitam serem coletados dos pacientes) dos que podem utilizar apenas dados secundários (retirados da literatura ou de banco de dados, como o Datasus).

Em consonância com os cinco critérios de prioridades estabelecidos pela Coordenação Geral de Avaliação de Tecnologia em Saúde do Ministério da Saúde, os participantes retiraram quatro temas e sugeriram mais trinta e quatro, os quais serão aprofundados posteriormente pela equipe do Decit com a colaboração dos participantes da oficina. Esses critérios são: relevância epidemiológica; relevância para os serviços/políticas; fase do conhecimento; viabilidade operacional e demanda social.

Além das sugestões de novos temas, foram feitas algumas recomendações para o edital. São elas: necessidade de inserir revisão sistemática de eficácia/efetividade para depois fazer análise de custo-efetividade (ou associada); comissão de julgamento do edital deve ter participação de pesquisadores que já conduziram trabalhos na área; classificar as linhas de pesquisa pelo tipo de tecnologia (medicamento, equipamento, material e procedimento) e por grandes áreas da medicina; e, por último, não delimitar muito os títulos dos projetos.

Participaram do grupo representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); do Centro Cochrane do Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); do plano de saúde Unimed – BH; das universidades federais do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul (UFRN e UFRGS); da universidade estadual de São Paulo (USP) e técnicos do MS, lotados na Secretaria Executiva; na Secretaria de Vigilância em Saúde; na Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, e na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos.

Os temas considerados prioritários estão disponíveis no portal do MS (www.saude.gov.br), no menu Ciência e Tecnologia.

Equipamentos e materiais de uso em saúde

A necessidade de avaliar e reestruturar os mecanismo de efetivação e qualificação de parcerias entre Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT's) foi identificada durante a reunião do grupo que discutiu o Programa Nacional para Qualificação, Produção e Inovação no Complexo Industrial da Saúde. Segundo o coordenador-geral de economia da saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Eduardo Jorge Valadares Oliveira, esse será um passo indispensável para a elaboração e o lançamento de editais de subvenção e/ou financiamentos para pesquisa, desenvolvimento e inovação de equipamentos e materiais de uso em saúde, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e/ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Diante disso, o grupo discutiu e sugeriu critérios que poderão ser usados como pré-requisitos a serem cumpridos pelas empresas e pelas ICT's, como habilitação aos editais que serão lançados pelo Ministério da Saúde. No caso das empresas serão considerados, entre outros pontos, o número de pós-graduados e pós-graduandos da empresa, o tamanho do mercado a ser atendido pelo projeto e a porcentagem investimentos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país, que deve ser igual ou superior a 50%. O responsável técnico pelo projeto será um membro da Instituição de Ciência e Tecnologia, que deverá apresentar conhecimento comprovado no tema do projeto. Os pesquisadores da ICT, assim como os desenvolvedores das empresas, deverão cumprir uma carga-horária mínima de 12 horas semanais. Será exigida ainda, uma contrapartida, tanto das empresas como das ICT's.

Participaram da reunião: representantes dos Departamentos de Economia em Saúde e de Ciência e Tecnologia da SCTIE e por representantes da Secretaria Executiva do Ministério, também contou com a representação das seguintes instituições: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Finep, Instituto Nacional de Tecnologia, BNDES, Genius Instituto de Tecnologia, Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica (SBEB), Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo), Organização Pan-Americana de Saúde e Complexo Hospitalar Santa Casa de Porto Alegre. O grupo pretende dar continuidade às discussões, buscando a efetivação das ações estratégicas.

Centros de toxicologia

Atrair investimentos das empresas multinacionais no Brasil em pesquisa pré-clínica. Esse é apenas um dos diversos resultados que o país deseja atingir com a instalação de centros de toxicologia, para realização de ensaios pré-clínicos de segurança.

Para a criação desses centros, que deverão trabalhar em rede, um dos grupos de trabalho da oficina elaborou o texto preliminar da chamada pública que deverá ser lançada no segundo semestre. O Ministério da Saúde acredita que esse será um passo decisivo para estimular demandas por inovações nas empresas farmacêuticas nacionais.

Para as propostas de formação de centros de excelência e investimentos em infra-estrutura das instituições de pesquisa, alguns aspectos são considerados essenciais, tais como: interação obrigatória com um número mínimo de empresas, que deverão apresentar projetos ou demanda de serviços para operacionalizar a estrutura a ser investida; esquemas de cooperação com empresas de capital de risco; colaborações internacionais com outros centros em áreas que possibilitem transferência de tecnologia; e a formação de recursos humanos em empreendedorismo e gestão tecnológica, além das áreas técnicas aplicadas de cada etapa.

Participaram do grupo, coordenado pelo professor titular de Farmacologia da Universidade Federal de Santa Catarina, João Batista Calixto, além de técnicos do Decit, representantes das seguintes instituições: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Luterana do Brasil, Fundação Oswaldo Cruz, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Saúde Mental

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a depressão unipolar, o consumo de álcool, os transtornos afetivos bipolares, a esquizofrenia e os transtornos obsessivo-compulsivos figuram entre as dez principais causas de anos potenciais de vida saudável perdidos. A projeção para 2030 é de um aumento da carga relativa destes transtornos na carga global de doenças no mundo.

O Brasil passou, nas duas últimas décadas, por um processo de significativa transformação do seu modelo de atenção em saúde mental, que se caracteriza pelo redirecionamento de um cuidado antes centrado na internação hospitalar para uma lógica de atenção focada em serviços de base comunitária. Este processo de mudança de modelo implica num conjunto de desafios que devem merecer também o olhar da investigação científica, reforçando a importância da inclusão do tema Saúde Mental na Oficina de Prioridades de Pesquisa para o SUS.

Sob a coordenação de Pedro Gabriel Delgado, coordenador da área de saúde mental do Ministério da Saúde, o grupo de trabalho contou com gestores e pesquisadores das seguintes instituições: Secretaria Municipal de Saúde de Betim/MG, Decit, Universidade Federal da Bahia, CNPq, Universidade Federal de São Paulo, Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Grupo Hospitalar Conceição/RS.

O grupo iniciou seus trabalhos discutindo a importância do diagnóstico das carências de pesquisa em saúde mental pública para suprir lacunas do conhecimento. Optando pela oficina de consenso como metodologia, foram analisados o panorama da produção científica brasileira na área de saúde mental, editais anteriores, prioridades para a pesquisa em saúde mental propostos pelo Global Mental Health e sugestões elencadas pelo Decit, bem como o relato da experiência de cada participante.

Foi consenso a necessidade de produção de conhecimentos que contribuam para gerar mais saúde mental para a população, com expansão da rede de serviços, melhora na qualidade da atenção, redução da lacuna assistencial com ênfase na atenção primária levando em conta os determinantes sociais e o enfrentamento do estigma na sociedade.

Os participantes identificaram tópicos com potencial de, por meio de pesquisas científicas, contribuir para suprir as lacunas de conhecimento identificadas na área de Saúde Mental como: intervenções que possam reduzir a carga global da doença mental, formas mais eficientes de ampliar a oferta de serviços em SM, inclusive atenção primária, bioética e dos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais.

A oficina definiu cinco eixos temáticos: saúde mental na atenção primária, álcool e outras drogas, crianças e adolescentes, desinstitucionalização e inclusão social e gestão de sistemas e serviços. Esses eixos, por sua vez, se subdividem em linhas de pesquisa prioritárias.

Para a definição das linhas, foi considerada a aplicabilidade de seus resultados na saúde pública, a equidade e a articulação com a agenda internacional da OMS e OPAS, de forma a contribuir para a ampliação da rede de produção do conhecimento na área de saúde mental.

Saúde Bucal

Para iniciar os trabalhos, o grupo que discutiu prioridades para Saúde Bucal fez uma leitura dos objetivos da oficina e da metodologia proposta. Também foram realizados esclarecimentos sobre a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e sobre o edital anterior do Ministério da Saúde.

Em seguida, cada participante identificou problemas relacionados às políticas de financiamento e à saúde bucal, no intuito de fazer um levantamento da situação de saúde bucal no país. Foram mencionadas algumas questões: a falta de mapeamento da situação da saúde bucal em algumas regiões do Brasil, a importância do diálogo gestor/pesquisador e de uma visão global da saúde bucal coletiva, a necessidade de considerar os princípios e o atendimento a demandas do Sistema Único de Saúde, bem como uma avaliação das tecnologias e da organização dos serviços e sistemas de gestão.

No decorrer das discussões, os integrantes da oficina repensaram o debate do primeiro dia do evento, agruparam linhas de pesquisa e fizeram indicações para o formato do edital do Ministério da Saúde. Foi proposta, por exemplo, a mudança de nome do edital para “Pesquisa em Saúde Bucal para o SUS”, com o intuito de deixar claro o propósito do financiamento. Já quanto aos valores de financiamento dos projetos, foi sugerido o estabelecimento de duas faixas de projetos financiáveis: R\$ 40 mil e R\$ 100 mil.

Para o grupo, no que diz respeito à seleção das pesquisas, devem ser considerados o mérito científico e a relevância política e social, tendo como base as necessidades da população e os serviços. Nesse processo, também foi recomendado o parecer de pesquisadores da área de saúde bucal coletiva, destacando a deferência do perfil do parecerista ad hoc convidado, que deve ter produção e familiaridade com a área de saúde bucal coletiva a ser pesquisada.

Para incrementar os serviços oferecidos à população, foi destacada a necessidade de pesquisas operacionais específicas em serviços, além do aperfeiçoamento da distribuição de recursos, de forma a contemplar equidade considerando regiões e grupos de pesquisa. Foi mencionada ainda a preocupação de não esquecer a pesquisa de “tecnologias leves”

Para evitar a pulverização de esforços e recursos, o edital deve induzir a formação de “massa crítica”, com vistas a consolidar nacionalmente grupos em áreas de interesse para a Política Nacional de Saúde Bucal, por meio de investimentos em projetos estruturantes, com potenciais multicêntricos.

Os participantes ressaltaram a importância do cumprimento das metas da pesquisa, bem como a realização de uma avaliação de resultados, já que a simples produção de conhecimento não implica uma transferência/incorporação do mesmo para os usuários finais, na promoção do serviço ou no atendimento à população. O diálogo de gestores e pesquisadores foi enaltecido e definido como uma forma de interface produtiva entre a esfera da formação/pesquisa e os serviços.

Coordenada por Alexandre Deitos, da Coordenação Nacional de Saúde Bucal, a Oficina de Prioridades em Saúde Bucal contou com a participação das seguintes instituições: Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal da Bahia; Universidade de Pernambuco; Instituto de Saúde/Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo; Universidade Federal do Ceará; Secretaria Estadual de Saúde do Paraná; Secretaria Municipal de Saúde de Recife; além do CNPq, do Decit e de outras áreas do Ministério da Saúde.

Epigen

O Estudo Epidemiologia Genômica de Doenças Complexas em Três Coortes Brasileiras de Base Populacional (Epigen) foi proposto pelos pesquisadores responsáveis por três estudos de coorte no Brasil: A coorte de nascimentos de Pelotas 1982, Projeto Bambuí: um estudo de coorte prospectiva da saúde dos idosos e o Projeto Social Change Allergy and Asthma in Latin America (SCAALA). Esses estudos de coorte, em Pelotas, Bambuí e Salvador respectivamente, estão caracterizando parte das populações destes locais, em diferentes momentos do ciclo vital, gerando várias publicações e buscando um entendimento da morbidade na população brasileira.

O objetivo do projeto é verificar se condições sócio-econômicas adversas podem servir de gatilho para a ativação de determinados genes e para a ocorrência de mutações, o que aumentaria o risco associado a doenças ou outros eventos adversos em saúde.

Ao longo do evento, após a apresentação detalhada dos estudos de coorte, os pesquisadores discutiram a viabilidade de criação de um grupo de pesquisa em uma rede de cooperação nacional, destacando o pioneirismo do projeto. A idéia é estudar os materiais biológicos coletados e armazenados nos estudos de coorte e fazer uma associação com outros estudos de determinação de doenças na população.

Uma das questões mais discutidas foi a necessidade de construir ou não uma plataforma para investigação genética no Brasil. Inicialmente, o consenso foi a utilização de serviços terceirizados, mas a decisão só será efetuada após a investigação de algumas questões como: o valor da manutenção da plataforma, a continuidade da demanda após o estudo, a existência de recursos humanos capacitados para utilização dos equipamentos e o gasto inicial. Além disso, surgiu a idéia de montar um setor de análise e formação de recursos humanos para exame dos dados, no intuito de proporcionar autonomia às potenciais regiões do Brasil ligadas ao projeto.

Para a formação da rede de pesquisa, os integrantes da oficina optaram pela elaboração de um plano estratégico: primeiro, será verificada a capacidade instalada no Brasil para a análise dos resultados após os estudos genéticos e também a existência de centros para prestação de serviços de mapeamento genético. Paralelamente, a partir de indicação do Decit e dos pesquisadores envolvidos, outros especialistas, nas áreas de genética e bioinformática, serão convidados para o grupo e para auxiliar na arquitetura da rede. Em seguida, para ampliar a discussão e receber contribuições de pessoas com experiência em epidemiologia genética, será preparado um workshop com especialistas internacionais.

Um novo encontro será realizado cerca de trinta dias após a data da Oficina para apresentação da rede, discussão sobre sua estrutura, a criação de um banco de dados, os protocolos a serem utilizados e os recursos financeiros necessários. Uma reunião final com os pesquisadores envolvidos, técnicos do Decit e da Finep fechará a proposta estrutural da rede.

Coordenada por Maurício Barreto, da Universidade Federal da Bahia, a Oficina de Prioridades do Epigen teve a participação de técnicos do Decit, do DES, do Departamento de Ações Estratégicas do Ministério da Saúde, da Finep, além das seguintes instituições: Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Pelotas; Fundação Oswaldo Cruz; Universidade de São Paulo; e Instituto do Coração.

Saúde e Educação mais próximas

O Ministério da Saúde e o Ministério da Educação firmaram, no dia 29 de maio, um termo de cooperação e assistência técnica. O documento foi assinado pelo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Almeida Guimarães, pelos secretários - do Ministério da Saúde - de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Reinaldo Guimarães, e de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, Francisco Eduardo de Campos, além dos ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Educação, Fernando Haddad.

Na ocasião, os dois ministros ressaltaram a importância da integralidade nas ações dos setores saúde e educação, destacando que o trabalho em parceria garante benefícios para as duas áreas. Temporão lembrou diversos projetos que serão implantados por meio dessa parceria, como o programa Saúde nas Escolas, que levará as equipes do Programa de Saúde da Família às escolas, não apenas para prestar assistência, mas também para realizar atividades de educação em saúde. "O que mais importa é o interesse público", concordou Haddad.

Já o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde destacou que o novo acordo possibilitará, por meio de programas de pós-doutorado, a capacitação de recursos humanos em diversas áreas estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS), em especial às áreas da pesquisa clínica e da avaliação tecnológica.

O acordo será realizado nos mesmos moldes da cooperação existente entre o Ministério da Saúde e o da Ciência e Tecnologia, que já dura cinco anos e por meio do qual já foram financiadas mais de duas mil pesquisas científicas na área da saúde.

Expediente

O Informativo Decit é um boletim de circulação interna, produzido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, do Ministério da Saúde.

MINISTRO DA SAÚDE

José Gomes Temporão

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

Reinaldo Guimarães

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Suzanne Jacob Serruya

COORDENADORA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Maria Cristina Costa de Arrochela Lobo

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Andréa Vilhena (RP 7735/DF)

Daniele Souza (RP 29370/RJ)

Fabrizio Ângelo (RP 937/AL)

Renata Maia (RP 3529/PE)

DESIGNER / DIAGRAMAÇÃO:

Emerson ëCello

CONTATO: decit@saude.gov.br

61 3315-3298 ou 3466

Secretaria de Ciência,
Tecnologia e Insumos
Estratégicos

Ministério
da Saúde

